

## Carta aberta às candidaturas do município de São Paulo

Nós coletivos de juventudes periféricas e integrantes da rede Juventudes nas Cidades, temos movido esforços gerenciando a crise em nossos territórios e ao mesmo tempo reclamamos oportunidades de trabalho e renda, mobilidade social e participação democrática neste momento em que se adensam as desigualdades.

Desde sempre sujeitos à violência policial, porém resistentes e criativos, ocupamos as ruas movimentando as bandeiras das torcidas organizadas antifascistas, entregamos cestas básicas, materiais de higiene e informativos que buscam diminuir o impacto da covid 19 nas favelas. Nós, estamos indo às urnas para dizer que Vidas Negras Importam e que, na contramão da produção, pisamos e pisaremos no breque dos apps por uma agenda de trabalho decente.

Esta carta vem reforçar a importância de que a atenção de legisladores e legisladoras esteja direcionada para programas que fomentem a empregabilidade e geração de renda da juventude. Sobretudo neste momento em que é tão crescente a precarização dos vínculos empregatícios, para a parcela da população que é sistematicamente vulnerabilizada

É urgente possibilitar a profissionalização e a visibilidade positivada dessas corpos, dentro e fora do mercado de trabalho considerando políticas públicas que interseccionem as dimensões de classe, gênero, orientação sexual, raça, deficiência e lugar de moradia.

As políticas públicas para a juventude são tratadas comumente de maneira setORIZADA, e entendemos que só conseguiremos sucesso se as demandas de educação, trabalho e cultura forem efetivadas. Por isso faz-se necessário investir em cursinhos populares para preparação ao ingresso em faculdades, sejam estas públicas ou privadas.

Criar programas que defendam a educação, que considere as questões de gênero e sexualidade, para prevenção de LGBTQIA+fobias, diminuição da evasão escolar e a inclusão de temas como a redução de danos para termos um futuro menos agressivo ao discutir vícios.

Faz 4 anos que os coletivos periféricos que pleiteiam editais públicos municipais, no âmbito das iniciativas culturais, têm visto o orçamento voltado à área estagnar ou diminuir. É de extrema importância frear o sucateamento das políticas culturais. Apontamos a importância de que, a exemplo da lei de Fomento às Culturas das Periferias desenhada pelos movimentos culturais periféricos, surjam iniciativas que ampliem recursos e alternativas para a área, com especial atenção aos territórios vulnerabilizados, para que a linguagem artística e a produção cultural nas periferias sejam opções à espiral de violência a qual crianças, adolescentes e jovens estão submetidos. É necessário também pensar no acesso a equipamentos de cultura dentro das periferias, já que na



maioria das vezes quem mantém as atividades destes aparelhos, quando existem, é a própria juventude periférica. Olhar para a cena cultural é destinar remuneração para os jovens que se disponibilizam para tornar a periferia movimento, gerando renda com a mesma frequência gerada para equipamentos do centro, assim garantindo menor tempo de locomoção para trabalho e maior tempo livre para lazer e cultura.

As juventudes periféricas reivindicam os seus direitos, a manutenção e os investimentos em programas já existentes, além de novos projetos e recursos em políticas públicas dirigidas à saúde física e mental de pessoas negras, soropositivas e pcds, levando em conta os recortes sociais de classe, gênero, sexualidade e território. Há que fortalecer centros de apoio como CRAS, CRM's e CCJ's. Pensar o financiamento de ações desenvolvidas por coletivos nas periferias, como hortas comunitárias e educação ambiental. É urgente aumentar a parcela do orçamento municipal destinado à saúde mental de jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo formação de profissionais da saúde que trabalhem diretamente com jovens, para que haja retornos seguros ao trabalho pós pandemia e o fim das discriminações de suas corpos.

Atenção à agenda do desencarceramento e respeito aos direitos humanos como combate à tortura e desmilitarização das polícias. O poder público deve, igualmente, se ocupar das pessoas que têm parentes, filhos e/ou companheiros reclusos; suprir a falta de políticas básicas que garantam a vida e a reinserção destas pessoas ao mercado de trabalho, com a prevenção e o enfrentamento à violências.

Necessitamos de saúde física e mental, garantia de alimentação, emprego e renda, educação e arte. Destacamos a importância de promover e ampliar espaços de diálogo entre lideranças comunitárias e o poder público que estimulem a organização e participação de jovens tendo em vista a elaboração de políticas que tenham como foco as periferias. Dar acesso aos jovens sobre o Estatuto da Juventude, fazendo valer seus princípios, diretrizes e direitos, direcionar uma leitura e inclusão de pautas sobre transgeneridade e acesso à informação.

#### **Coletivos que fazem parte do Juventudes nas Cidades e assinam essa carta:**

Nós Madalenas; Entre Vielas; TRANSferência; Pretateliê; Reggae Action; Baque CT; Slam do Grajaú; Levante Mulher; Siriricas Co; Hip Hop no Vagão; Natural Brotherhood; Kiki Casa de Mutatis; Periferia é o Centro; Deck9; Feira Livre de Quebras, Coletivo Acuenda; Cia Quatro Ventos; Mulekalê; Onilé; Roda Preta; Loka de Efavirenz; Alcova; Biblioteca Comunitária Solano Trindade/Coletivo Esquerda Força Ativa; Casa Ecoativa; Periferia Preta; Corpos Marginais, Coletivo Zoooom; Das Marias; Pretas Ilustram; Hampateba; Travas da Sul; B. Boys Parelheiros; Transarau; Boom Box, Coletivo Imigração Educação e Luta; Brasilândia CO; Coletiva Ocupação;

São Paulo, 13 de outubro de 2020

